

## Federação dos Homens de Cor: notas de pesquisa

PETRÔNIO DOMINGUES<sup>1</sup>

### Resumo

A comunicação tem o intuito de abordar alguns aspectos da trajetória da Federação dos Homens de Cor (FHC) – uma agremiação cuja finalidade principal era trabalhar pelo desenvolvimento moral, cultural, político e social dos afro-brasileiros –, fundada em São Paulo em 1909, mas que se transferiu para o Rio de Janeiro em 1920.

Palavras-chave: homens de cor; negro; *raça*; diáspora; cidadania.

A proposta desta comunicação é reconstituir – ainda que de maneira preliminar – alguns aspectos da história Federação dos Homens de Cor. É cada vez mais crescente o número de pesquisas que investigam o associativismo negro em São Paulo. Em contrapartida, essa temática vem sendo negligenciada em relação ao estado vizinho. Pouco se conhece do associativismo à paulista entre os negros do Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República e há inclusive quem já tenha postulado que os afro-cariocas, devido às suas peculiaridades históricas e culturais, simplesmente não produziram (ou conheceram) essas formas de agenciamento e sociabilidade. Será que essas assertivas dicotômicas, as quais separam a experiência histórica da diáspora negra de São Paulo e do Rio de Janeiro de forma essencialista, têm lastro nas fontes e evidências?

### Como tudo começou

Em 1909, um grupo de “homens de cor” lançou a ideia de fundar, na cidade de São Paulo, uma associação em defesa de seus interesses sociais, políticos, econômicos e culturais. A ideia foi amadurecendo, ganhando consistência até adquirir força e coesão

---

<sup>1</sup> Doutor em História (USP) e Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

suficientes para ser materializada. Na noite do dia 28 de novembro de 1909, um domingo, aquele grupo de “homens de cor” se reuniu no centro de São Paulo, próximo à atual Praça das Bandeiras. Depois de um debate profícuo acerca da natureza, da estrutura, dos objetivos e do plano de atuação, o Centro da Federação dos Homens de Cor foi instituído na qualidade de sociedade beneficente, com a finalidade de prestar assistência social aos membros afiliados, sem contudo olvidar da dimensão político-cultural dos problemas que afetavam a maioria dos afro-brasileiros.

Com sede no Largo do Riachuelo, n. 56, no bairro do Bexiga, a agremiação foi se estruturando na informalidade. Em 1910, ela desenvolveu algumas atividades político-culturais e beneficentes, realizou festas e inaugurou uma biblioteca.<sup>2</sup> Um ano depois, publicou *A Federação*, o jornal da agremiação,<sup>3</sup> e continuou investindo, quer nas iniciativas culturais, quer nas comemorações da “descoberta do Brasil” e da Lei do Ventre Livre (de 28 de setembro de 1871), que garantiu a liberdade a filhos de escravos nascidos no Brasil.<sup>4</sup> Contudo, o principal evento histórico comemorado pela agremiação era a Lei Áurea (de 13 de Maio de 1888), que decretou extinta a escravidão no Brasil. Vista como magna conquista do negro no processo abolicionista, essa efeméride era celebrada em grande estilo, com entusiasmo, brilho e alegria transbordante.<sup>5</sup>

Não demorou para a entidade passar por mudanças internas. Em 1914, um grupo de associados resolveu tirá-la da informalidade. Para tanto, havia a necessidade de aprovar um estatuto social em assembleia de associados e, em seguida, registrá-lo em cartório. Assim foi feito. O estatuto definia as linhas mestras – a natureza, a estrutura, a composição, o ideal, as finalidades etc. – da agremiação. Nessa nova fase, Jayme

<sup>2</sup> “Telegrammas”. *O Século*. Rio de Janeiro, 28/09/1910, p. 2; “Centro da Federação dos Homens de Cor”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 31/12/1910, p. 4.

<sup>3</sup> Em sua edição de 19 de maio de 1911, o *Correio Paulistano* acusou o recebimento do jornal *A Federação*: “Recebemos o número 1 d’*A Federação*, órgão do Centro da Federação dos Homens de Cor, de São Paulo. O novo colega traz belos artigos comemorativos da gloriosa data de 13 de maio e estampa diversos retratos das individualidades da propaganda abolicionista”. “Várias notícias”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 19/05/1911, p. 7.

<sup>4</sup> “Centro da Federação dos Homens de Cor”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 05/05/1911, p. 5; “Federação dos Homens de Cor”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 28/09/1910, p. 6; “S. Paulo”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 30/09/1911, p. 6; “S. Paulo”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 30/09/1911, p. 6.

<sup>5</sup> “13 de Maio”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 13/05/1910, p. 3; “Santos”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 13/05/1910, p. 2; “Factos diversos”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 13/05/1911, p. 5; “A data da Abolição”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15/05/1911, p. 5; “S. Paulo”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 15/05/1911, p. 3; “S. Paulo”. *A Época*. Rio de Janeiro, 14/05/1913, p. 2; “Nos estados”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14/05/1913, p. 5; *Correio Paulistano*. São Paulo, 14/05/1913, p. 2; “13 de Maio”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 14/05/1915, p. 5.

Baptista de Camargo foi eleito presidente e permaneceu no cargo por mandatos consecutivos. Encontros, palestras, reuniões, bailes, festivais litero-musicais e confraternizações atraíam cada vez mais a atenção dos afro-descendentes.<sup>6</sup> Segundo o anuário paulista, a agremiação possuía 92 sócios em 1912, número que subiria para 275 em 1917. Além de pautar melhores condições de vida, saúde, educação e emprego, a Federação dos Homens de Cor desfraldou a bandeira dos direitos civis e simbólicos da população negra. Sua intenção era fazer valer as expectativas mais amplas de cidadania republicana.

Depois dessa fase de relativo dinamismo, a Federação dos Homens de Cor arrefeceu seu poder de mobilização racial. Não mais animando eventos sociais e atividades beneficentes como dantes, nem empreendendo ações coletivas, a agremiação entrou em declínio crescente. Enfrentou denúncias de irregularidades, sofreu dissensões internas, perdeu adeptos e simpatizantes, desmantelou a “escola”, acumulou dívidas, até ficar em estado de letargia e fechar as portas de sua sede social. Baptista de Camargo ficou desolado. Quiçá fosse um sonho que se esvaía. Sem perspectiva de futuro nas lides do associativismo negro em São Paulo, ele decidiu se transferir para o Rio de Janeiro, a fim de começar tudo outra vez.

### **No Rio de Janeiro**

No dia 24 de julho de 1920, o *Correio da Manhã* publicou um comunicado da Federação dos Homens de Cor (FHC), segundo o qual a agremiação havia instalado sua “sede provisória” na rua Benedicto Hypolito, n. 48, 1º. andar, na região central do Rio de Janeiro, com atendimento ao público das “5 às 7 horas da manhã e das 17 às 18 horas

---

<sup>6</sup> Em livro de memórias, o antigo ativista José Correia Leite não escamoteia sua antipatia por Jayme Camargo e pela “sua” Federação dos Homens de Cor. A seu ver, “esta Federação teve uma história, mas na realidade nunca existiu além do rótulo que Jaime Camargo usava audaciosamente”. É evidente que Correia Leite carregou na tinta. Seu depoimento relativo à agremiação, além de lacônico, é tendencioso. Ainda assim, ele faz um relato interessante: “Constava que, num certo 13 de maio, Jaime Camargo encabeçou e fez, com raro brilhantismo, uma grande sessão solene, na qual tomaram parte elementos dos mais representativos do nosso mundo político e das letras. Foi nessa ocasião que Ciro Costa recitou pela primeira vez o seu soneto ‘Pai João’, o qual se tornou famoso. Diante do êxito dessa festa, mais tarde foi realizado um grande banquete, em homenagem ao Ciro Costa. Saudou o homenageado, como orador oficial, o intelectual Felix Pacheco. Daí data o sucesso da Federação [dos Homens de Cor]”. LEITE, José Correia. ...*E disse o velho militante José Correia Leite*: depoimentos e artigos. Organização e textos: Cuti (Luiz Silva). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 289.

da tarde”.<sup>7</sup> Sob o comando de Jayme Baptista Camargo, a agremiação foi se estruturando gradativamente, instituindo as regras de organização e funcionamento, adotando seus símbolos diacríticos – estandarte e cartão de identificação –, estabelecendo os direitos e deveres do corpo de associados, o seu perfil, as normas para sua admissão e desligamento etc. Meses mais tarde, a FHC transferiu sua sede para a Praça da República, n. 46, também no centro do Rio de Janeiro. Ao constatar que as condições de vida dos afro-cariocas eram desfavoráveis, a agremiação dispendeu uma série de esforços no sentido de mobilizá-los rumo à modificação da sua condição social.

Reuniões periódicas da diretoria, prestação de contas, realização de assembléias gerais ordinárias e extraordinárias, registradas em atas e as quais compareciam também os associados, a fim de decidir sobre os assuntos de interesse da FHC, eis um pouco a rotina da agremiação. Embora não haja informações detalhadas acerca dos meios de que ela dispunha para arcar com as despesas, tudo indica que a sua principal fonte de recursos provinha das mensalidades dos sócios e dos donativos recolhidos. A rotina da FHC igualmente se expressava nas atividades sociais e políticas, tais como almoços, lanches, festas, sessões culturais, excursões, ações educacionais, palestras, conferências, homenagens, celebrações de missa, atos públicos. Além disso, as datas cívicas como o 7 de Setembro (dia da Independência do Brasil) e o 15 de Novembro (dia da proclamação da República) e, principalmente, as efemérides que diziam respeito ao negro, eram comemoradas com eventos específicos.

A agremiação foi aos poucos consolidando sua política racial, angariando simpatizantes e colaboradores, conquistando espaço na grande imprensa e tornando-se uma referência na promoção dos direitos dos afro-brasileiros. Ela jamais ocultou o desejo de levar o negro a se inserir no corpo político e social da nação, nem que, para isto, precisasse estabelecer contatos, articular aproximações e costurar alianças com atores diversos. A FHC promoveu “festival dedicado à imprensa carioca”,<sup>8</sup> solidarizou-se com a “homenagem ao general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, por motivo da pacificação do Rio Grande do Sul”<sup>9</sup> e aderiu à gestão de todos os presidentes

<sup>7</sup> “Declaração”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24/07/1920, p. 8.

<sup>8</sup> “Um grande festival na Quinta da Boa Vista”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 05/12/1926, p. 4.

<sup>9</sup> “Homenagens”. *O Imparcial*. Rio de Janeiro, 17/01/1924, p. 4; “General Setembrino de Carvalho”. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 17/01/1924, p. 6.

da República na década de 1920 – Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930). Esta adesão é percebida através dos “manifestos”, que teciam elogios aos “donos do poder”, e também dos gestos de deferências a eles: a gremiação participou de moção de “apreço” a Artur Bernardes,<sup>10</sup> festejou a posse de Washington Luís<sup>11</sup> e rendeu tributo a Epitácio Pessoa, conforme noticiou *O Paiz* em sua edição de 29 de julho de 1922.

O apoio às “administrações dos governos” era visto como uma oportunidade para a FHC ampliar sua rede de relações e pleitear a abertura de um canal de negociação no tocante aos interesses e direitos dos “homens de cor”, a fim de integrá-los plenamente no seio da comunhão nacional. Não fosse isso, a agremiação procurava mostrar aos associados a importância da participação política na arena de possibilidades do contexto. Suas lideranças acreditavam na participação política como meio de o negro ganhar respeitabilidade, cavar espaços na sociedade e influenciar o destino da nação. Cogitou-se inclusive que, sem política, não se chegaria ao ponto tão almejado: o da verdadeira cidadania.

\*\*\*

Indubitavelmente, os eventos mais comemorados e que mereceram maior atenção da FHC foram o 28 de Setembro e o 13 de Maio, ou seja, as datas de aniversário das duas principais leis do processo abolicionista brasileiro. Por ocasião destas efemérides, a agremiação programava cerimônias cívicas e acontecimentos sociais, para os quais se convidava o conjunto dos associados, os representantes de segmentos da sociedade civil (como imprensa, intelectualidade, irmandades religiosas, entidades populares e operárias) e do Estado (autoridades públicas e militares). Chegando o grande dia, a sede social era preparada e decorada com esmero para receber os convidados. Essas comemorações seguiam praticamente o mesmo padrão ritual. Durante o dia era de praxe a FHC promover romaria aos cemitérios em visita aos

<sup>10</sup> “Manifestação de apreço ao Sr. Dr. Arthur Bernardes”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 02/11/1926, p. 9; “Os telegramas”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18/10/1921, p. 2.

<sup>11</sup> “Centro da Federação dos Homens de Cor”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13/11/1926, p. 2. Ver ainda “Homenagem da Federação dos Homens de Cor, ao presidente Washington Luis”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 23/06/1923, p. 2.

túmulos dos “imortais” abolicionistas, ocasiões nas quais seus afiliados refletiam, ora acerca dos martírios do passado, ora sobre os dilemas e desafios do presente. À noite, era o momento da apoteose. Primeiramente os representantes das autoridades (civis e militares) e as lideranças populares ocupavam a mesa de honra e, na medida em que a sessão solene era aberta, falavam palavras de saudação ou mesmo alusivas à efeméride. Depois os oradores da FHC proferiam discursos evocando os significados das leis abolicionistas, a emergência dos ideais patrióticos e a necessidade de se continuar a luta pela cidadania, iniciada com Abolição. Neste sentido, os dirigentes da agremiação se viam como herdeiros da tradição abolicionista. Na parte final da comemoração, o aguardado momento de confraternização entre todos os presentes, com direito a música, dança, bebida e animação.

A Abolição era concebida, mormente, como resultado da ação dos abolicionistas, aos quais a FHC conclamava a todos a renderem tributos e eterno reconhecimento. De fato, a agremiação fazia amiúde referência, quando não homenageava, às personalidades históricas que se notabilizaram no movimento abolicionista ou cuja atuação havia presumivelmente favorecido o negro no limiar da escravidão e liberdade. Abolicionistas – como Luiz Gama, Antonio Bento, Silva Paranhos (o Barão do Rio Branco), João Alfredo e José do Patrocínio – eram homenageados nas datas comemorativas dos “feitos” em que se destacaram, se não nas datas de nascimento ou morte deles. Nessas homenagens, procurava-se divulgar a biografia desses abolicionistas, enfatizar suas contribuições para o negro e apontá-los como exemplos a serem copiados. As lideranças da FHC arvoravam-se de apóstolos destes “legendários” brasileiros e buscavam dar continuidade à obra da Abolição, que consideravam inacabada, haja vista as condições de vida da população negra.

Chama a atenção, nos caminhos e descaminhos trilhados pela FHC, o projeto pioneiro de construção de um monumento específico. Em 18 de setembro de 1923, a *Gazeta de Notícias* publicou um “manifesto” da agremiação, no qual se fazia uma reflexão em torno da nação e se difundia a idéia de construção do “monumento da raça negra”.<sup>12</sup> Consistia num gesto de reconhecimento, gratidão, para com um estrato populacional que teria contribuído, peremptoriamente, no sentido da formação e

---

<sup>12</sup> “Monumento da raça negra”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18/09/1923, p. 5.

desenvolvimento da civilização brasileira. O monumento não só proclamava a centralidade (e visibilidade) do negro no seio da nacionalidade, como ainda significava a consagração da “raça gloriosa”. Conforme se depreende do manifesto, a idéia de soerguimento do monumento estava na rua e já tinha alcançado outros estados, como Pernambuco, mas, por razões desconhecidas, ela malogrou. Três anos mais tarde, a idéia é reeditada em novos contornos.

Na década de 1930, a FHC entrou em crise. Não é possível saber, ainda, as razões pelas quais a agremiação se desarticulou e ficou praticamente esvaziada, o que a levou a mudar sua sede para o subúrbio – bairro de Madureira – e perder espaço na esfera pública carioca, deixando, por conseguinte, de ser uma referência no marco de direitos e demandas dos afro-brasileiros. Suas atividades, cada vez mais esgarçadas, já não repercutiam, de modo que a grande imprensa mal lhe conferia atenção.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas lierou uma conspiração golpista e instituiu a ditadura batizada de “Estado Novo”. O Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais foram extintos, as liberdades civis solapadas, os meios de comunicação ficaram na mira da censura, uma repressão draconiana (prisões, expulsões do país, torturas, perseguições) abateu-se sobre os opositores, os sindicatos e os movimentos sociais. A democracia foi varrida do Brasil, assim como a FHC foi varrida do noticiário carioca. Muito provavelmente ela foi extinta a partir do decreto de 2 de dezembro de 1937, que colocou na ilegalidade todos os partidos e organizações políticas do país.

### **Para além do associativismo afro-paulista**

Várias pesquisas foram empreendidas sobre o associativismo negro em São Paulo no período da Primeira República. Já para o Rio de Janeiro, este tema não vem comparecendo na pauta dos historiadores, de modo que pouco conhecemos sobre uma série de experiências históricas. O que dizer da Guarda Negra? Uma organização de libertos, muitos dos quais capoeiras, instituída no Rio de Janeiro no segundo semestre de 1888. Seu intuito era proteger a Monarquia, particularmente a figura da Princesa Isabel, dos ataques do crescente movimento republicano. Na opinião desses libertos,

defender a Monarquia e a Princesa, num contexto político extremamente polarizado, significava defender a Abolição. Em que pese algumas pesquisas,<sup>13</sup> a Guarda Negra precisar ser investigada mais aprofundadamente. O que dizer então da Liga dos Homens de Cor? Ela teria contribuído com a fundação da Guarda Negra, mas infelizmente não se sabe nada de seus desdobramentos. Há menções ao Centro Tipográfico Treze de Maio (1889), ao Grêmio Literário Treze de Maio (1889), à Confederação Brasileira dos Homens de Cor (1903), à Sociedade União dos Homens de Cor (1909), ao Partido dos Homens de Cor (1920) e ao Centro Patriótico 13 de Maio (1930).

O que esses distintos agrupamentos tinham em comum? A proclamação dos interesses e direitos dos “homens de cor” na esfera pública. Portanto, é plausível assinalar que emergiu um associativismo negro no Rio de Janeiro bem semelhante ao paulista no decurso da Primeira República, de sorte que ali os libertos e seus descendentes erigiram agremiações, tanto de caráter recreativo e religioso quanto de cunho político e social. Retóricas de igualdade também foram articuladas no bojo de ações institucionalizadas, de estruturas políticas formais, de disputas eleitorais, enfim, no bojo de projetos de poder.

Além dos ranchos, dos jongos, das maltas, das irmandades, das *macumbas*, os negros cariocas desenvolveram, se não encamparam, outras modalidades de agenciamento e sociabilidade. Não tem, pois, lastro nas fontes e evidências históricas as assertivas dicotômicas, as quais apartam a experiência da diáspora negra de São Paulo e do Rio de Janeiro de maneira essencialista. Muitos afro-brasileiros de ambos os estados transitavam de um lado ao outro da fronteira, (re)afirmando estilos de vida, negociando políticas raciais, colocando em circulação idéias emancipatórias e compartilhando a utopia da igualdade, numa dinâmica rede transregional de comunicação, interatividade e permuta de experiências. Um bom exemplo disso é a Federação dos Homens de Cor,

---

<sup>13</sup> Sobre a Guarda Negra, consultar TROCHIM, Michael. “The Brazilian Black Guard: racial conflict in post-abolition Brazil”, *The Americas*, n. 3, 1988, pp. 120-143; GOMES, Flávio. “No meio das águas turvas – racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte (1888-89)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, 1991, pp. 75-96; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Da Flor da Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial”. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999, pp. 185-245; \_\_\_\_\_. “A Guarda Negra: a capoeira no palco da política”. *Textos do Brasil*, Brasília, n. 14, 2008, pp. 45-52.

cuja história precisa ser melhor conhecida. Não se trata aqui, pois, de concluir algo sobre essa agremiação, mas de apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento.

Para finalizar esta comunicação, vale a pena reforçar a importância de se investigar as diversas facetas da experiência negra no Rio de Janeiro no período da Primeira República. É verdade que algumas dessas facetas estão sendo desvendadas em pesquisas recentes,<sup>14</sup> mas muito ainda há de ser feito nessa seara.

---

<sup>14</sup> Ver NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910)”. In CUNHA, Olívia Maria Gomes da Cunha e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 283-314; MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá, MT: EdUFMT; Entrelinhas, 2008; ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Niterói, Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2010; ABREU, Martha. “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)”. *Topoi*, v. 11, n. 20, 2010, pp. 92-113; CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Da tutela ao contrato: ‘homens de cor’ brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição”. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 114-135; DANTAS, Carolina Vianna. “Monteiro Lopes (1867-1910): um líder da raça negra na capital da República”. *Afro-Ásia* (UFBA), n. 41, 2010, pp. 168-209; DOMINGUES, Petrônio. “‘Vai ficar tudo preto’: Monteiro Lopes e a cor na política”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 95, 2013, pp. 59-81.